

A ÉTICA DO DISCURSO: uma análise das questões ambientais no Brasil

Zuleide Ferreira Filgueiras¹

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema da ética do discurso, partindo da reflexão sobre o comportamento ecológico contemporâneo da sociedade brasileira, analisando, no tempo e no espaço, como ela veio se construindo por meio do discurso. Apresenta o pensamento de Aristóteles sobre ética, conjugando-o e contrapondo-o com o de outros filósofos e pensadores que o sucederam, como Karl-Otto Apel, Jürgen Habermas, Gilbert Ryle, Chaïm Perelman e Charles Sanders Peirce. Demonstra, por meio da exemplificação de campanhas educativas do Estado e de propagandas publicitárias de empresas privadas, como essa nova ética ambiental se consolidou no discurso, formando uma identidade coletiva no modo dos entes sociais se comportarem em relação ao meio ambiente.

Palavras Chaves

Ética do discurso, meio ambiente, ecologia, ética ambiental.

ABSTRACT

This paper addresses the issue of ethics of speech, based on the discussion of the environmental performance of contemporary Brazilian society, and examine, in time and space, as it has been building through the speech. Presents the ideas of Aristotle on ethics, the combining and contrasting with that of other philosophers and thinkers that the successor, as Karl-Otto Apel, Jürgen Habermas, Gilbert Ryle, Chaim Perelman and Charles Sanders Peirce. Demonstrates, through exemplification educational campaigns and advertisements of the advertising of private companies, such as new environmental ethics has been in the speech, forming a collective identity in the way of social entities to behave in relation to the environment.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de LETRAS da UFMG.
zuleide.filgueiras@gmail.com

INTRODUÇÃO

Há muito tempo a preocupação ética tem ocupado o pensamento do ser humano, pois, desde seus primórdios, as coletividades não apenas pactuam regras sociais de convivência, como também corporificam conjuntos de princípios e de conceitos norteadores da conduta.

Os primeiros estudos sobre a ética partiram dos filósofos da Grécia Antiga, que, naquela época, refletiam sobre as questões primordiais do comportamento, consolidando o próprio homem como objeto de estudo do discurso moral e político no enquadramento social.

Entretanto, é importante salientar que a compreensão da ética, assim como o seu domínio, discorre filosoficamente em épocas distintas e por pensadores e teóricos diversos, surgindo, com isso, conceitos variados e formas divergentes de alusão ao termo conforme o desenrolar da história.

Neste trabalho, o foco da investigação será a ética do discurso, buscando criar uma ponte entre os conceitos aristotélicos construídos há milênios e os seus reflexos no pensamento de filósofos mais recentes, como Karl-Otto Apel, Jürgen Habermas, Gilbert Ryle, Chaïm Perelman e Charles Sanders Peirce.

Buscar-se-á compreender o que é ética do discurso a partir dos problemas ecológicos e ambientais sofridos pelo Brasil, tendo como ponto de observação e de análise, neste universo de coisas que gravitam sob o tema ecologia, a transformação do comportamento social em relação ao meio ambiente, tentando entender quando e porque surgiu a consciência ecológica no país e porque a proteção do meio ambiente passou a ser, para os agentes sociais, um constante ‘sentimento de obrigatoriedade’².

Como se vive em uma sociedade globalizada, onde os limites geográficos dos Estados-Nação foram “transpostos” pela dinâmica do capitalismo, os grandes problemas da humanidade também foram universalizados, ultrapassando as fronteiras territoriais e tornando-se comuns a todos. Portanto, ainda que com menor profundidade, com a intenção

² Tal sentimento de obrigatoriedade é aqui entendido como um processo de transformação social que ocasionou o estabelecimento da idéia da proteção ambiental como uma força social e cognitiva.

de se compreender melhor como ela se efetou no Brasil, este trabalho também abordará a ética do discurso ambiental em sua dimensão internacional.

Procurando caracterizar em particular o caso brasileiro, subtemas como o estabelecimento de instituições estatais de política ambiental, qual o IBAMA, e o surgimento das organizações não governamentais que lidam com o meio ambiente, também serão abordados.

Além disso, com a finalidade de ilustrar os conceitos aqui defendidos e o quanto os problemas da preservação do meio ambiente se solidificaram na ética do discurso contemporânea, serão inseridos alguns exemplos de campanhas de educação ambiental elaboradas pelo Estado e de propagandas publicitárias, desenvolvidas por empresas de economia privada, que apostaram nos atributos ecológicos como forma de motivar os seus consumidores ou de transmitir, para o público em geral, uma imagem de empresa consciente e ecologicamente correta.

O trabalho, devida a sua finalidade de análise científica, será embasado em informações e dados estatísticos fornecidos pelo IBGE, pelo IBAMA e pela ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), além de apoiar-se nas teorias dos filósofos citados e de outros pensadores que já se ocuparam desse assunto.

Antes de entrar no tema propriamente dito, achou-se relevante realizar uma revisão de literatura, qual um panorama geral, onde fosse possível pelo menos vislumbrar a ligação entre o pensamento de Aristóteles e o dos principais teóricos que, diretamente ou indiretamente, estudaram a ciência da linguagem e a ética do discurso.

REVISÃO DE LITERATURA

A Influência do pensamento aristotélico

Aristóteles é o filósofo antigo que, mais do que qualquer outro, exerceu sua influência no decorrer dos séculos. Viveu no século IV a.C., mas seu pensamento permanece vivo até hoje. A sua presença estende-se para vários outros setores da filosofia e da cultura, e, especialmente no século XX, ela se fez de forma mais acentuada e

produtiva, pois nessa época Aristóteles passou a ser estudado fora do contexto católico-tomista.

Seu legado teórico serviu de base para a formação e discussão das principais correntes de filosofia contemporâneas, como o pragmatismo; a fenomenologia; a filosofia analítica; a nova retórica; o neotomismo, etc. e, não foi diferente, em relação ao estudo da ética do discurso, pois o alicerce dessa disciplina também está fundamentado sobre as bases sólidas do pensamento aristotélico.

Para CASSIN (1999), a ética chegou à linguagem por meio de Aristóteles, quando este se referiu à exigência de sentido, refletindo sobre o discurso inadmissível dos sofistas, visto por ele como “a arte do engodo”, já que falavam por falar, baseados no princípio da aderência, isto é, naquele que levava em conta apenas a díada linguagem e coisa, negligenciando o ser. Em síntese, a sua filosofia da linguagem tem como princípio a teoria da significação.

Ao longo do tempo, a mesma estrutura do sentido, proposta por Aristóteles, desencadeou diferentes noções, como as de consenso; de adesão; de exclusão; de pragmática; de ética da comunicação e de muitas outras. Sua influência é tão marcante que, por mais que o tempo tenha passado, Aristóteles não passou, mantendo-se vivo por meio de suas ideias e pensamentos, que servem de base para novos conceitos, sejam em releituras ou diferentes interpretações.

Na linguística, por exemplo, Saussure³ seguiu o princípio aristotélico do convencionalismo existente na língua, quando afirmou que, embora a linguagem fosse marcada pela arbitrariedade do signo linguístico, ela não ficava entregue ao arbítrio individual. Da mesma forma, Austin⁴, filósofo da linguagem, quando categorizou os atos de fala, também se deixou influenciar pelo seu pensamento.

Ryle⁵, por sua vez, de acordo com BERTI (1997), localizou em Aristóteles o nascimento do que ele denominou como “*sintaxe lógica*” da linguagem, pois a violação

³ Ferdinand de Saussure (Genebra, 26 de novembro de 1857 - Morges, 22 de fevereiro de 1913) foi um linguista suíço cujas elaborações teóricas propiciaram o desenvolvimento da linguística enquanto ciência e desencadearam o surgimento do estruturalismo.

⁴ John Langshaw Austin (Lancaster, 28 de Março de 1911 - Oxford, 8 de Fevereiro de 1960) foi um filósofo da linguagem britânico que desenvolveu uma grande parte da atual teoria dos atos de fala.

⁵ Gilbert Ryle (1900–1976), filósofo inglês, foi um representante da geração de filósofos britânicos influenciados pelas teorias de Wittgenstein sobre a linguagem.

das regras estabelecidas pela doutrina das categorias dava lugar ao “*erro gramatical*” (*category mistake*), que para Ryle era uma das maiores causas dos absurdos⁶.

Outro representante da filosofia analítica, que sofreu influência de Aristóteles, foi Strawson⁷ que se dedicou, especialmente, ao estudo da significação pelo estudo da linguagem ordinária. Strawson acreditava que o valor de verdade, encontrado nas descrições contidas na linguagem ordinária, dependia do uso que dela fazia aquele que as pronunciava, isto é, pela “referência” que ele implicava pelas expressões nelas contidas.

Peirce⁸ também se utilizou dos princípios aristotélicos para fundamentar as suas próprias teorias. Ele estudou a estética e a semiótica com base nas categorias e percebeu que a ética e a lógica eram subsidiárias da estética. Enquanto Aristóteles via o signo como significação e referência, Peirce concluiu que a estrutura sintática dos signos reportava-se à realidade por meio de uma relação de iconicidade diagramática.

Segundo Aristóteles, ainda em CASSIN (1999), “*o ponto de partida... não consiste em exigir que se diga algo é ou não é..., mas que pelo menos signifique algo, para si e para um outro*”. Visto sob esse prisma, é possível entender que o significado, embora possa ser construído cientificamente, também pode ser estabelecido por meio de um acordo entre interlocutores, onde, de certa forma, ele passa a ser relativo.

É como se tomássemos, por exemplo, a definição do vocábulo célula em um dicionário da língua portuguesa e, posteriormente, elencássemos as diversas acepções dada a essa mesma palavra pelas opiniões comuns das pessoas. No primeiro caso, teríamos uma proposição, um significado teórico, científico e estrutural, mas, no segundo caso, observaríamos a semântica da linguagem ordinária, com suas ambiguidades interpretativas, já que o ser humano está ligado ao seu contexto pragmático, lançando mão da sua subjetividade para compreender o mundo que o cerca.

⁶ Absurdos são aqueles enunciados que não são científicos e que, portanto, não podem ser nem verdadeiros e nem falsos.

⁷ Peter Frederick Strawson (Londres, 23 de Novembro de 1919 — 13 de Fevereiro de 2006) é um filósofo associado ao movimento da filosofia da linguagem, dentro da filosofia analítica.

⁸ Charles Sanders Peirce (Cambridge, 10 de setembro de 1839 – 19 de abril de 1914, Milford) foi um filósofo, cientista e matemático americano que se dedicou, sobretudo, ao estudo da semiótica. A semiótica peirciana pode ser considerada uma filosofia científica da linguagem.

No raciocínio aristotélico, uma definição não pode ser dada por meio de uma única palavra, pois ela surge, no mínimo, na forma de uma sentença, como a essência de alguma coisa que só pode ser entendida por meio de suas propriedades, e os predicáveis são os modos como os conceitos unívocos se predicam a um sujeito.

Ao procurar sistematizar o pensamento, Aristóteles sistematizou a própria língua, pois é no discurso e no debate das idéias que o proceder metodológico da ciência é construído. As suas categorias acabaram por desvendar o DNA do pensamento humano, isto é, como ele é codificado na mente e como ele se processa na busca da definição do mundo e das coisas.

Dando especial atenção às proposições, Aristóteles deixou de lado os outros tipos de sentenças, pois, no seu entendimento, são as primeiras que exprimem como as coisas são efetivamente, emitindo, por meio disso, julgamentos da realidade. Em outras palavras, como salienta AMARAL FILHO (2002) *“sob certas condições – na verdade rigorosas condições – podemos combinar as palavras no intuito de obter um dizer verdadeiro. E isto se dá na proposição.”*

Em síntese, a proposição em Aristóteles é a funcionalidade do julgamento de ser verdadeiro ou falso, é a sentença que afirma ou nega um predicado do sujeito.

Com relação à dialética, Aristóteles atribuía a Zenão de Eléia o seu desenvolvimento como prática argumentativa. De técnica de refutação de hipóteses que implicam conclusões inaceitáveis, a dialética veio a ser considerada, pelos humanistas, como o procedimento mais indicado para a aquisição e exposição do conhecimento, como o instrumento mais apropriado para a construção das ciências práticas, isto é, a ética, a política e o direito.

Sobre isso, BITTAR (2003) afirma que *“o que é exclusivo e próprio da dialética é o fato de abrir caminho para os caminhos de todos os métodos, isto porque adequada é para o exame de toda e qualquer coisa, sem distinção de conteúdo. Assemelha-se, pois, a uma moldura abstrata para o raciocínio em si, como exercício da razão, independentemente de qual seja o mérito da discussão ou do debate.”*

A dialética, por meio do esquema tese – antítese – síntese, conduz à busca das diversas opiniões acerca de uma mesma problemática, num processo em cadeia de proporções infinitas, pois do conflito entre tese e antítese surge a síntese, que, mesmo

sendo uma situação nova, carrega em si elementos resultantes do embate que a originou. A síntese, que agora se tornou uma nova tese, contrasta-se com outra antítese gerando uma nova síntese e assim sucessivamente.

Repensando a dialética, Perelman⁹ de certa forma expurgou a lógica da dialética aristotélica, por defender a idéia da adesão. A adesão a uma tese pode ter intensidade variável, pois, no discurso retórico, são tratados os valores e não as verdades. Não existem dogmas a serem discutidos, só existem afirmações relativas.

Perelman também fez uma releitura da retórica aristotélica, não se limitando àquele conceito onde ela é entendida como o falar de modo a persuadir e a convencer diversos auditórios de que uma dada opinião é preferível à sua rival. Ele, por meio do que ficou conhecido como nova retórica, incluiu as bases de concordância entre o comunicador e a audiência, passando a ser o auditório o próprio consenso, algo que paira na esfera moral e ética da sociedade.

Uma ética era justa, para Perelman, pelo fato de admitir que os valores não são conclusões evidentes às quais todo o mundo deve se submeter. Uma ética deve se apoiar na realidade argumentativa, desestabilizada pelo jogo de valores, só podendo resultar do pluralismo destes. É por isso que a adesão se dá no plano abstrato e coletivo, é algo que é partilhado pela coletividade numa ética construída discursivamente.

Apel¹⁰, por sua vez, citado em CASSIN (1999), afirma que a filosofia obedece sucessivamente a três paradigmas: o paradigma ontológico que é o platônico-aristotélico; o paradigma que define a verdade pela evidência (de Descartes, Kant e Husserl) e que também trata sobre a reflexão na consciência e sobre o sujeito transcendental e, finalmente, o seu próprio paradigma, que surgiu após Wittgenstein e Peirce, que leva em conta o “*linguistic turn*”, onde o foco da atenção são as condições de possibilidade do discurso dotado de sentido.

⁹ Chaïm Perelman (Varsóvia, 20 de maio de 1912 — Bruxelas, 22 de janeiro de 1984) foi um filósofo do direito que viveu e ensinou durante a maior parte de sua vida na Bélgica. É um dos mais importantes teóricos da retórica no século XX.

¹⁰ Karl-Otto Apel (Düsseldorf, 15 de março de 1922) é um filósofo alemão e professor emérito da Johann Wolfgang Goethe-Universität de Frankfurt am Main . elaborou trabalhos sobre a ética comunicativa e se assume como um dos restauradores da filosofia prática.

Em síntese, o “*linguistic turn*” corresponde a uma teoria da verdade de tipo consensual, que pressupõe uma interpretação partilhada do mundo. Apel propõe, para o lugar da lógica contemporânea da ciência, que é inteiramente orientada para a sintaxe e a semântica, uma “pragmática transcendental” ou “reflexão sobre as condições de possibilidades de um conhecimento formulado verbalmente, ou seja, virtualmente válido de um ponto de vista intersubjetivo”.

Habermas¹¹ (1999) também foi tocado pelos princípios aristotélicos, sobretudo no que se refere à questão da ética, mas, ele distancia-se daquela ética do bem ou das virtudes, apregoada por Aristóteles, para privilegiar a ética do discurso que se serve da teoria hegeliana do reconhecimento, com o objetivo de interpretar intersubjetivamente o imperativo categórico, sem incorrer no risco de uma *dissolução* histórica da moralidade nos costumes. Nesse contexto, Habermas não se atém apenas na possibilidade de existirem proposições verdadeiras ou falsas, ele se ocupa com a questão da validade ou não-validade dessas proposições.

Como se observou por meio dessa revisão de literatura, há uma vasta bibliografia, provinda de inúmeros teóricos, que trata sobre as questões levantadas originalmente por Aristóteles. O influxo de seu pensamento, difundido em meados dos anos 384 a.C. a -322 a.C., venceu o tempo e o espaço, permanecendo válido e discutido na atualidade. Sua presença marcou especialmente o século XX, constituindo-se num dos principais pontos de referência do debate cultural do século passado e, ainda hoje, ocorrem transformações na interpretação de suas obras, influenciando a criação e reformulação de muitas correntes filosóficas contemporâneas.

A ética do discurso e as políticas ambientais

O atual comportamento ecológico da humanidade é o resultado de uma ética que foi construída discursivamente e que hoje se faz onipresente, pairando sobre a sociedade, numa espécie de consciência coletiva que “padroniza” o comportamento das pessoas em relação ao meio ambiente.

¹¹ Jürgen Habermas (Düsseldorf, 18 de Junho 1929) é um filósofo e sociólogo alemão. Para recolocar o potencial emancipatório da razão, Habermas adota o paradigma comunicacional. Seus estudos voltam-se para o conhecimento e a ética.

Todavia, se hoje essa ética se faz de forma tão consolidada, é importante atentar para o fato de que ela não existia, pelo menos nas proporções conhecidas atualmente, há algumas décadas atrás.

Essa conscientização surgiu em algum momento da história e, por isso, é importante remeter o olhar para o passado, vasculhando os acontecimentos pretéritos da trajetória da humanidade, na tentativa de se desvendar quando e porque as questões relativas à preservação dos recursos naturais passaram a ter uma preponderância mais significativa para a sociedade.

Vários estudiosos afirmam que a consciência ecológica só começou a ter a dimensão que se tem presentemente, em meados de 1960. Antes disso, como afirma CAPRILES¹², apesar de ter acontecido, em 1949, a *Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização dos Recursos Naturais*, reunindo, pela primeira vez, cientistas e *experts* de todas as regiões do planeta para analisarem a gestão dos recursos naturais, num mundo que acabara de sofrer a devastadora II Guerra Mundial, a preocupação ecológica só existia de forma muito isolada.

Mesmo nessa conferência de 1949, temas fundamentais, como a degradação dos oceanos, rios e mares; a contaminação industrial; a gestão de dejetos perigosos; a migração rural para centros urbanos; as mudanças climatológicas e o desenvolvimento nuclear, não foram abordados, porque a ecologia não repercutia como uma questão existencial para a humanidade e o tratamento político e de debate universal, dedicado à proteção da natureza, era incipiente, tinha um caráter apenas marginal e pouco relevante.

O discurso ético voltado para a conservação do meio ambiente, nos moldes observados contemporaneamente, só começou a ser construído a partir da década de 60, com o surgimento dos movimentos ecológicos, que ampliaram a abrangência, espacial e de significado, da preocupação do ser humano com a preservação dos recursos naturais e do próprio planeta.

¹² René Capriles – Diretor da revista eletrônica ECO 21.

É importante reconhecer, como aponta BOBBIO¹³ (1982), que “os movimentos ecológicos, assim como os pacifistas, constituem-se num ponto de inflexão na história da mobilização social e da ação coletiva, tratando-se de movimentos portadores de valores e interesses universais que ultrapassam as fronteiras de classe, sexo, raça e idade.”

Sobre isso, GRONKE e LITTIG (2001) complementam afirmando que “o desenvolvimento da política ambiental como seara política autônoma está intimamente ligado à história dos movimentos ecológicos (*Umweltbeweungen*) nascidos no final dos anos 60 nos países industrializados ocidentais”, sendo, portanto, seu mérito ter trazido o tema da destruição e da defesa do meio ambiente aos debates públicos e às arenas de discussão política.

Depois desse período, como ressalta VIOLA¹⁴ (1990), a consciência ecológica mundial foi despertada e sucessivos eventos e acordos internacionais se realizaram, tais como “a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972); o relatório Meadows (1972) sobre os limites do crescimento e relatórios subsequentes (Tinbergen, 1978; Laszlo, 1977; Bariloche); o surgimento do paradigma teórico da ecologia política; a proliferação de movimentos sociais ecologistas no mundo norocidental (Eckholm, 1982; Meadows, 1972; Mesarovich & Pestel, 1984; Borgstrom, 1971; Goldsmith et alii, 1972; Hoffmann et alii, 1982; Falk, 1982), entre outros.”

Esse novo paradigma mundial, como se percebe, proveio de uma ética do discurso difundida, inicialmente, pelos movimentos ecológicos, que acabou por estabelecer um discurso ético muito mais abrangente e incisivo, criando em todo o planeta a necessidade ecologicamente induzida de efetuar profundas transformações sociais e institucionais em favor da manutenção dos ecossistemas.

Os problemas da degradação do meio ambiente, provocados pelo crescimento econômico irrefletido, antes negligenciados e pouco discutidos, passaram a ser percebidos como um problema global, que superava amplamente diversas questões pontuais que eram

¹³ Norberto Bobbio (Turim, 18 de outubro de 1909 — Turim, 9 de janeiro de 2004) foi um filósofo político, historiador do pensamento político e senador vitalício italiano.

¹⁴ Eduardo José Viola é professor titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília desde 1993 e foi professor titular do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB no período 1996-2003. É membro do comitê “Dimensões Humanas da Mudança Ambiental Global” da Academia Brasileira de Ciências desde 1996.

arroladas nas décadas de 50 e 60 pelas agências estatais de meio ambiente, ocasionando o estabelecimento internacional da proteção ambiental como uma tendência mundial.

Essa mudança universal do comportamento humano, em relação ao meio ambiente, pode ser analisada sob a ótica do *linguistic turn* de K. O. Apel, onde o consenso pressupõe uma interpretação partilhada do mundo, tornando-se perfeitamente compreensível, por exemplo, o porquê das empresas e dos consumidores “aceitarem” as limitações (voluntárias e involuntárias) impostas a produções nocivas ao meio ambiente, como uma forma de se reportarem a um “sentimento de condolência” com as gerações futuras.

É nesse ponto que se torna perceptível a ética do discurso nas questões ecológicas e ambientais e, se pensarmos na “*Teoria dos Atos de Fala*” de John L. Austin, poderíamos compreender porque enunciados performativos, como “*salve as baleias*”; “*não use aerossóis que contenham CFC*” e “*só comprem produtos certificados pela ISO 14.000*”, tiveram tão grande aceitabilidade universal.

Ora, essa aceitação se processou porque tal ética foi construída discursivamente por meio de um consenso efetuado no plano abstrato e coletivo, isto é, por aquilo que Perelman denominava como adesão, pelo comportamento comum e compartilhado pela coletividade.

Neste caso, vale também lembrar o pensamento de Habermas, pois para que um princípio moral consiga criar obrigações, ele tem de ser primeiramente válido e o que vemos, nas questões ambientais, é exatamente isso, já que a ameaça do meio ambiente passou a ter relevância moral quando foi associada aos perigos que punham em risco a vida dos seres humanos. Ou seja, a proteção dos recursos naturais passou a ser enxergada também como a proteção do ser humano e, portanto, agir responsavelmente diante do meio ambiente passou a ser um mandamento de prudência moral.

Esse novo princípio norteador da conduta coletiva ficou tão patente no cenário mundial que hoje é quase que inadmissível se pensar em desenvolvimento econômico sem políticas de sustentabilidade. O que é aceito, em nosso tempo, é a idéia do desenvolvimento sustentável, ou seja, aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.

Isso significa dizer que, ainda que tenhamos interpretações particulares sobre as questões ambientais do nosso planeta, a força do discurso estabelecido coletivamente – pela comunidade ilimitada de comunicação na qual estamos inseridos – nos faz compartilhar do pensamento comum de nossos pares, de forma tal que o nosso discurso individual transcende o nosso próprio eu e se reflete em outros sujeitos e vice-versa, passando a ser um discurso público, construído pela comunidade do discurso.

A partir disso, passamos a agir sob a influência dessa ética coletiva sem termos consciência do modo como ela foi construída, pois ela se estabelece muito sutilmente, por meio de uma conexão entre a vivência individual e a existência coletiva, na medida em que as experiências vitais vão se desenvolvendo no processo histórico em que as significações atribuídas individualmente se constituíram a partir de um sistema de referências compartilhadas.

PROBLEMAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ÉTICA DO DISCURSO

Contextualização histórica

Assim como no restante do mundo, o desenvolvimento econômico acelerado trouxe para o Brasil uma profunda degradação ambiental, causada, sobretudo, pelo crescimento demográfico e pela expansão do parque industrial brasileiro.

Segundo VIOLA (1990), a industrialização desenfreada “*tornou-se ponto de consenso das elites brasileiras desde que o presidente Juscelino Kubitschek erigiu a ideologia dominante por meio da frase de ordem: ‘avançar 50 anos em 5’. Tal ideologia desencadeou um crescimento predatório que chegou ao auge durante a presidência de Médici, quando o governo brasileiro fazia anúncios, nos jornais e revistas dos países industrializados, convidando suas indústrias poluidoras a transferirem-se para o Brasil, onde não teriam nenhum gasto em equipamento antipolvente.*”

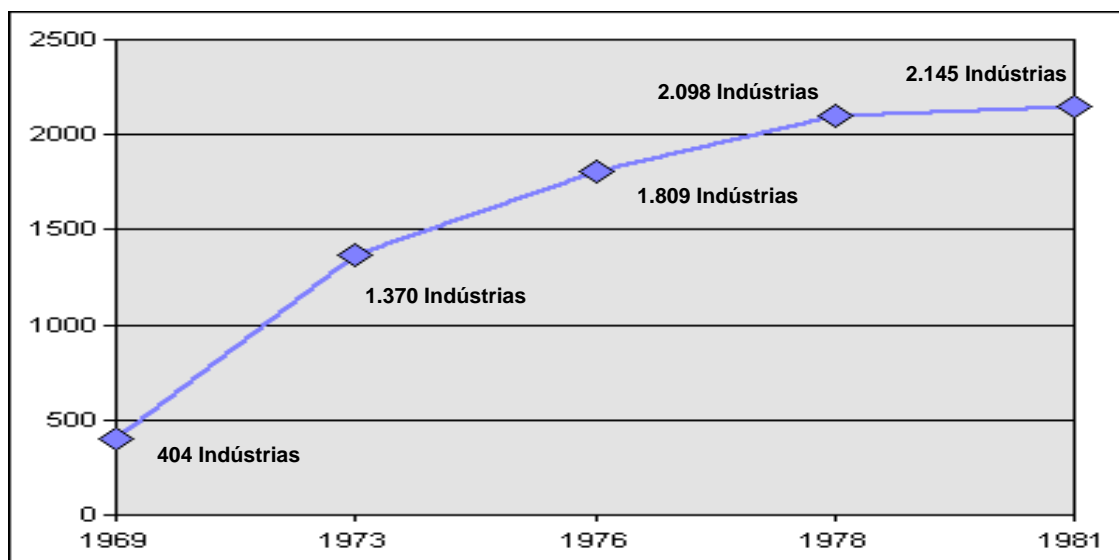
A ética discursiva desse período restringia-se na defesa do capitalismo selvagem vigente, sem fazer quase nenhuma referência ao seu brutal custo ecológico. Poucos eram os políticos, ou economistas significativos da oposição, que defendiam um modelo de

desenvolvimento que, além de resolver os problemas de desigualdade econômico-social, apontasse também o equilíbrio ecológico.

Sobre isso, FARIAS (2008) afirma que “o imaginário romântico da natureza-paráiso tinha produzido uma idéia de natureza muito superficial e até ingênua frente aos problemas revelados pela ecologia e, por isso, o discurso ecológico soava tão subversivo em suas origens.”

A ideologia predominante nessa época, concentrada no lucro e na geração de divisas, pode ser ilustrada, por exemplo, pela expansão da indústria de produtos plásticos, demonstrada no GRÁFICO 1 que se apresenta logo abaixo.

GRÁFICO 1 – NÚMERO DE INDÚSTRIAS DE PRODUTOS DE MATÉRIA PLÁSTICA NO BRASIL NO PERÍODO DE 1969 A 1981



Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados obtidos na Pesquisa Industrial Anual do IBGE

Nota-se que o número de indústrias de produtos plásticos, elementos que podem levar décadas para se degradarem no meio ambiente, aumentou em 1.741 unidades, resultando num crescimento de mais de 400% de empresas, num período de apenas 12 anos.

Em relação ao crescimento demográfico, não foi diferente, pois vejamos o que nos revela a TABELA 1, a seguir.

TABELA 1 – CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA DE 1970 A 2000

Situação do domicílio	Ano			
	1970	1980	1991	2000
Total	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.799.170
Urbana	52.097.260	80.437.327	110.990.990	137.953.959
Rural	41.037.586	38.573.725	35.834.485	31.845.211

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados obtidos nos Censos Demográficos do IBGE.

Observa-se um aumento sistemático da população urbana brasileira, passando, no interstício de 1970 a 2000, de 55,94% para 81,25% do total, comprovando a acentuada emigração da população rural para os grandes centros urbanos.

O crescimento demográfico, ao longo dessas décadas, aliado ao desenvolvimento tecnológico acelerou a pressão sobre os sistemas e recursos naturais, e trouxe como consequência mais impactos ambientais, devido ao aumento na produção industrial e nos padrões de consumo.

Pelo menos até o fim do regime militar, os movimentos ecológicos não tiveram quase que nenhuma influência no debate político global sobre o futuro da sociedade brasileira. A Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) foi criada em 1974, pelo então presidente Geisel, com o único objetivo de cumprir exigências de alguns organismos internacionais que determinavam a existência formal deste tipo de órgão, junto com relatórios de impacto ambiental, para a aprovação de empréstimos destinados a grandes obras públicas.

O que se via, nessa época, era a realização de empreendimentos com altos impactos ambientais como, por exemplo, a Transamazônica e a Foz do Iguaçu (que acabou com as Sete Quedas) e as consequências funestas dos desastres ambientais, como a autorização para uso de agente laranja como desfolhante em Tucuruí e o acidente radioativo em Goiânia com Césio 137. Além disso, o índice de desmatamento era alarmante (em 1988 chegou a 21.050 km² contra 11.224 km² em 2007)¹⁵, a caça e a pesca eram totalmente predatórias e sem controle (os jacarés do Pantanal e as baleias estavam às vias de extinção) e havia crescentes conflitos entre comunidades tradicionais e seringueiros, que teve como ápice a morte de Chico Mendes.

¹⁵ Esses dados são do IBAMA.

A transformação da ética ambiental por meio do discurso

Os tantos incidentes já arrolados provocaram pressões internas e externas que exigiram do governo a urgência de se mapear os órgãos federais com atuação ambiental, com o intuito de fortalecer o processo de gestão da área. Foi criado, então, em 1988, pelo presidente José Sarney, o Programa Nossa Natureza, que tinha como uma das metas recriar a arquitetura organizacional ambiental.

Nesse contexto, a ética discursiva ambiental passou a tomar um rumo distinto e uma crescente diferenciação perceptiva e comportamental, em relação ao meio ambiente, foi se estabelecendo na sociedade, formando uma identidade coletiva no modo dos entes sociais se comportarem em relação ao meio ambiente.

VIOLA (1990) ressalta que *“todo este processo de formação da identidade coletiva teve um ponto de convergência qualitativo, onde a proposta universal passou a ser a de um novo modo de vida, a de um novo cotidiano, longe dos efeitos predatórios e egoístas gerados pelas cidades. Passou-se de uma visão grosseira e preconceituosa do significado de ser ecologista para outra mais complexa; passou-se de um quase desprezo pela formação teórica dos militantes ambientalistas para uma valorização do seu trabalho. As pessoas foram deixando uma situação de desinformação, com respeito às questões do meio ambiente, para uma postura de atenção para a relevância do problema.”*

Essa nova ética ecológica construída discursivamente gerou profundas modificações em toda a sociedade e situações, que até então eram totalmente negligenciadas pela opinião pública, passaram a ser observadas e discutidas conjuntamente. Mais do que isso, um vínculo ético (a adesão, na linguagem de Perelman) foi estabelecido por meio da validação coletiva desse novo discurso e a ética que dele surgiu passou a reger o comportamento das pessoas.

Dentre essas modificações, ressaltam-se o surgimento de inúmeras ONG ecológicas e de proteção animal, além do estabelecimento de instituições estatais de política ambiental, encarregadas da criação de diversos instrumentos políticos para o planejamento e gestão dos recursos naturais do país.

Um discurso muito adequado para ilustrar o papel das ONG na consolidação dessa nova ética, divulgado há algum tempo em revistas e jornais de circulação nacional, é o do

Instituto Akatu¹⁶ que, com o objetivo de mobilizar o cidadão brasileiro para o seu papel de agente transformador, enquanto consumidor, na construção da sustentabilidade da vida no planeta, relacionou em seu *site* as empresas que seguiam políticas de gestão ambiental.

O anúncio, como se observa na FIGURA 1, é bastante sugestivo, pois traz como ilustração uma sacola, representando a idéia de consumo, estampada com a imagem de uma bela paisagem natural (uma cachoeira, saindo de uma floresta verdejante, sob um iluminado arco íris), associando a noção do ato de comprar com o de responsabilidade ecológica.

FIGURA 1 – ANÚNCIO EDUCATIVO DESENVOLVIDO PELA ONG AKATU



The advertisement features a central image of a brown paper shopping bag. The bag's surface is printed with a vibrant, natural landscape scene. The scene depicts a lush green forest with a waterfall cascading into a calm pool of water. A bright rainbow arches over the waterfall, its colors reflected in the water. The background shows rolling green hills under a soft, hazy sky. The bag is set against a plain, light-colored background.

QUANDO VOCÊ FAZ UMA COMPRA, NÃO ESTÁ ESCOLHENDO APENAS UM PRODUTO, MAS O MUNDO ONDE VAI VIVER AMANHÃ.

Chegou o Centro de Referência Akatu pelo Consumo Consciente.

- Acesse www.akatu.org.br e fique sabendo quais empresas estão trabalhando por um mundo melhor.
- Faça uma pesquisa sobre cada produto e marca de uma empresa e conheça suas práticas de responsabilidade social na Escala Akatu de Responsabilidade Social Empresarial!
- Avalie e descubra se você é mesmo um consumidor consciente, aplicando os Indicadores Akatu do Consumo Consciente.
- Pesquise e aprenda sobre vários temas e sua relação com a sustentabilidade e consumo na Biblioteca Akatu do Consumo Consciente.

Saiba mais: www.akatu.org.br
Consuma sem consumir o mundo em que você vive.

akatu INSTITUTO

¹⁶ ONG que surgiu no ano 2000 em prol do estabelecimento do Consumo Consciente dentro do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Essa ONG acredita que as empresas só aprofundariam, no longo prazo, suas práticas de Responsabilidade Social (RSE) na medida em que os consumidores passassem a valorizar essas iniciativas em suas decisões de compra.

Não restam dúvidas de que as ONG ecológicas contribuíram bastante no processo de conscientização das pessoas e na transformação das políticas empresariais. O impacto da sua presença, sob a sociedade de uma forma geral, pode ser mensurado pelo aumento de suas unidades, já que a quantidade de ONG ambientais e de proteção animal passou de 16, em 1970, para um total de 2.562 entidades, em 2005.

A TABELA 2, que se apresenta logo abaixo, ilustra a trajetória da progressão do número de Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos, nesse interstício.

TABELA 2 - NÚMERO DE FUNDAÇÕES E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS LIGADAS AO MEIO AMBIENTE E A PROTEÇÃO ANIMAL EM FAIXAS DE ANO DE SUAS CRIAÇÕES – BRASIL

Total	Ano de fundação					
	Até 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2000	2001 a 2004	2005
2.562	16	71	260	1.059	960	196

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados obtidos na pesquisa Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos do IBGE – Ano 2005.

Dentre os dados da tabela 2, merece destaque o salto quantitativo efetuado especialmente entre os períodos de 1981/1990 a 1991/2000, onde houve um aumento de mais 300% no número dessas ONG.

Além dessas fundações e associações sem fins lucrativos, é importante considerar também, na consolidação dessa nova ética do discurso, o relevante papel desempenhado pelas instituições estatais de política ambiental, dentre as quais se destaca o IBAMA, criado em 1989, pois, muito de como o Brasil percebe a proteção e a conservação ambiental atualmente foi estabelecido por este instituto, que se encontra no imaginário do brasileiro como o grande guardião do meio ambiente, já que ele é o órgão federal responsável pela fiscalização, proteção ambiental, licenciamento e autorização de uso dos recursos naturais.

Depois disso, os temas ecológicos vieram alcançando novos espaços no Brasil. Em 1992 foi criado o Ministério do Meio Ambiente e, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – “Rio 92”, foram lançadas três das principais Convenções Internacionais: a de Mudanças Climáticas, a da Diversidade Biológica e a da Desertificação.

O aprimoramento do arcabouço legal também refletiu a importância crescente da agenda ambiental no País. Em 1997 foi aprovada a chamada Lei das Águas, em 1998, a Lei dos Crimes Ambientais, em 1999, a lei que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental, em 2000, a que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e em 2006, a Lei de Gestão de Florestas Públicas.

Todavia, não foi somente o Estado brasileiro que precisou adequar-se para dar respostas crescentes à sociedade, pois as empresas privadas também tiveram que “provar” para os seus consumidores que elas seguiam os preceitos da cartilha da gestão ecológica.

Se o principal fator motivacional para a transformação do comportamento coletivo, em relação ao meio ambiente, esteve diretamente ligado à tomada de consciência de que destruir os recursos naturais significava ameaçar a própria sobrevivência do ser humano, essa ética discursiva, por si só, não foi suficiente para garantir a sua obrigatoriedade pelas empresas.

Essa realidade pode ser observada ao se refletir no caso das grandes companhias econômicas. Quando se analisa a mudança no comportamento da maioria das empresas que adotaram o “agir ecologicamente correto” percebe-se que essa transformação não se efetuou simplesmente pela conscientização que elas tiveram em relação à necessidade de se proteger o meio ambiente como condição essencial para a garantia da sobrevivência do ser humano.

Muito antes desse fator motivacional, pelo menos dois outros fatores lhes pareceram bem mais motivadores e coerentes com os seus ideais mercantis, ou seja, as sanções governamentais (com suas penalidades e recompensas) e a preservação de sua imagem positiva perante o público em geral.

Ora, nenhuma empresa deseja pagar vultosas multas por não cumprir as exigências ecológicas do Estado e, ao mesmo tempo, todas ambicionam estar bem diante dos olhos dos consumidores.

Para a empresa, então, cumprir as regras ambientais significa receber certificados (como os da ISO 14.000¹⁷) e se credenciar, diante da opinião pública, como uma organização econômica consciente e engajada nos projetos de proteção dos recursos naturais.

Os números das TABELAS 3 e 4, que se apresentam logo abaixo, ilustram respectivamente a evolução do número de ações de fiscalização ambiental, feitas pelas instituições estatais no período de 2003 a 2007, e a quantidade de autos de infração e de valores recolhidos com as multas efetuados pelo IBAMA, neste mesmo período.

TABELA 3 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AÇÕES INTEGRADAS DE FISCALIZAÇÃO DE 2003 A 2007 - BRASIL

Ações integradas de fiscalização.					
	2003	2004	2005	2006	2007
Número de Operações	32	26	57	105	134
Efetivo Ibama	198	247	580	1078	1076
Efetivo Exército	42	75	454	177	1162
Efetivo Polícia Militar	68	96	159	510	539
Efetivo Polícia Federal	38	78	780	740	89
Efetivo Polícia Rodoviária Federal	24	53	56	23	236
	370	549	20029	2528	3102

Fonte: SICAFI – 2008

TABELA 4 – NÚMERO DE AUTOS DE INFRAÇÃO E VALORES – BRASIL – 2003 A 2007

Resultados da fiscalização.		
Ano	Nº Autos de Infração	Valor
2003	5.652	274.308.752,97
2004	5.384	516.835.905,33
2005	7.204	1.097.688.259,85
2006	6.640	1.112.322.194,10
2007	5.745	1.458.513.147,26
TOTAL	30.625	4.459.668.260,91

Fonte: IBAMA – 2008

¹⁷ ISO 14000 é uma série de normas desenvolvidas pela International Organization for Standardization (ISO) que estabelecem diretrizes sobre a área de gestão ambiental dentro de empresas.

Tais dados evidenciam o quanto o Estado veio investindo em mecanismos de coerção para que as empresas passassem a atuar na economia sem degradar a natureza.

Além disso, como aumentou o interesse dos consumidores por produtos ecologicamente corretos e tornou-se uma preocupação geral da coletividade identificar as organizações que se dedicavam a não comprometer o meio ambiente, as empresas começaram a fazer questão de demonstrar suas ações ecológicas na divulgação de seus produtos e serviços.

Um exemplo disso pode ser observado na campanha publicitária da “Água Mineral Sublime”, apresentada na FIGURA 2 que se segue logo abaixo, onde a empresa destaca o fato de ter sido a única a receber o “selo verde” por qualidade e consciência ambiental. O seu slogan diz “*nós sentimos orgulho, você sente segurança e a natureza não sente nada com isso*”.

FIGURA 2 – CAMPANHA PUBLICITÁRIA DA “ÁGUA MINERAL SUBLIME”, ONDE HÁ DESTAQUE PARA O FATO DE A EMPRESA TER SIDO A ÚNICA A RECEBER O “SELO VERDE DE QUALIDADE”



Mais do que disseminar que foi a única empresa do ramo a receber o “Selo Verde de Qualidade”, a “Água Mineral Sublime” fez questão de esclarecer o consumidor sobre o significado desse certificado, explicando que ela foi aprovada pela Vigilância Sanitária, pelo Ministério Público, pela Sudema e pelo PROCON.

A empresa sabe que a divulgação desse certificado tornará seu produto muito mais atraente, aos olhos do consumidor, do que os da concorrência e, portanto, procura enfatizar que receber o “Selo Verde de Qualidade” significa principalmente o comprometimento que a empresa tem com a preservação do meio ambiente, como se observa no discurso de sua campanha, transcrito abaixo:

“A sublime foi a única água mineral a receber o Selo Verde de Qualidade. Sabe o que isso significa? Que ela foi aprovada pela Vigilância Sanitária, pelo Ministério Público, pela Sudema e pelo PROCON. Além de se preocupar com a sua saúde, ela cuida da natureza. Em uma área florestal protegida, a água brota direto da fonte, sem perfuração de poços, e é engarrafada sob rigorosa higiene. Tudo para que você sinta orgulho do que está tomando, e a natureza não sinta nada por isso.”

Essa nova ética do discurso ambiental, visualizada muito claramente na evolução da abordagem midiática empresarial, transformou, o que antes era visto como uma preocupação descabida, em pré-requisito para o desenvolvimento dos negócios e, em muitos casos, em fator competitivo.

Segundo GUIMARÃES (2006), as empresas entenderam que teriam de criar nos consumidores a percepção de que determinadas marcas eram menos danosas ao meio ambiente do que as de seus concorrentes, originando com isso, na década de 90, o que ficou conhecido como *marketing verde*.

O *marketing verde* incorporou uma gama de atividades que incluíam modificação de produtos; mudanças no processo de produção; mudanças nas embalagens; assim como adequação das propagandas, trazendo consigo termos como: “livre de fosfato”; “reciclável”; “uso de refil”; “não afeta a camada de ozônio”, “biodegradável”; etc.

Vejamos, nas figuras 3 e 4, que se seguem, mais dois exemplos de campanhas publicitárias que buscaram ressaltar o comprometimento das empresas com o desenvolvimento sustentável.

FIGURA 3 – FABER CASTEL

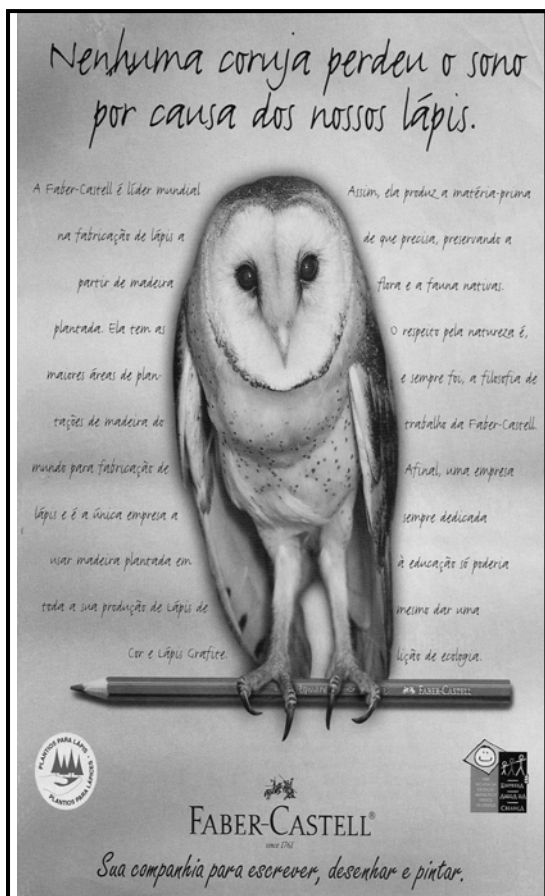


FIGURA 4 – O BOTICÁRIO



Na FIGURA 3, a empresa associa o seu produto, o lápis, a uma ave da fauna nativa brasileira, chamando a atenção do consumidor para o fato de que a matéria-prima utilizada na confecção de seus produtos, a madeira, não se origina de desmatamentos, sendo oriunda de áreas de reflorestamento, deixando as matas naturais intactas e disponíveis para as espécies animais viverem em equilíbrio.

Na FIGURA 4, o objetivo principal do empresário foi o de provocar no cliente a satisfação de estar consumindo um produto, ou melhor, uma embalagem ecologicamente correta, induzindo o leitor a pensar que a empresa se preocupa bem mais com a preservação do meio ambiente do que com a venda de seus produtos.

Aliado a isso, o Estado também passou a promover inúmeras campanhas educativas, orientando os cidadãos a preservarem o meio ambiente e a escolherem produtos ecologicamente corretos.

Campanhas educativas, como as que se apresentam nas FIGURAS 5, 6 e 7, desenvolvidas pelo Poder Público, demonstram que o Estado repartiu com a sociedade a responsabilidade pela proteção ambiental, pois o dever de proteger o meio ambiente deixou de ser uma questão ligada a grupos isolados, tornando-se patrimônio comum de todas as forças sociais, ou seja, uma ética compartilhada entre os diversos entes da comunidade.

FIGURA 5 – SÉRIE DE CAMPANHAS EDUCATIVAS PROMOVIDAS PELO ESTADO DO RIO



FIGURA 6 – CAMPANHA EDUCATIVA PROMOVIDA PELO MUNICIPIO DE JOINVILLE / SC



FONTE: Campanha educativa, desenvolvida pela Fundação Municipal do Meio Ambiente de Joinville – SC, incitando a comunidade a reconhecer o selo identificador das empresas ambientalmente corretas.

FIGURA 7 – CAMPANHA EDUCATIVA PROMOVIDA PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



FONTE: Panfleto promocional, desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo, de um mutirão verde que seria realizado no dia da árvore.

Quando o Estado lança uma campanha educativa e a imprensa colabora com a sua sistemática divulgação, inicia-se um processo ético em cadeia, onde o cidadão conscientizado torna-se um consumidor também cômico, que compra apenas as mercadorias que são classificadas como ecologicamente corretas e os empresários, que não desejam perder seus clientes e lucros, passam a produzir em conformidade com os protocolos ambientais.

Um exemplo dessa cadeia pode ser ilustrado por meio da análise de uma situação real. Há algumas décadas atrás, por exemplo, era livre o uso de CFC¹⁸ em aerossóis, todavia, quando foi descoberto cientificamente que essa substância química afetava a camada de ozônio, e essa informação foi abundantemente disseminada, o comportamento dos consumidores mudou e as empresas, além de atenderem as regras de proibição de uso de CFC, fizeram questão de divulgar nos rótulos de seus produtos que eles eram livres desta substância.

A análise dos dados divulgados no panfleto promocional do “Desodorante Tabu”, apresentado na FIGURA 8, demonstra o quão se tornou relevante ao empresário salientar que o seu produto está livre do CFC.

FIGURA 8 – PANFLETO PROMOCIONAL DO DESODORANTE TABU

20 de Abril de 2009 *Boa Noite!! Aproveite sua noite!*

Produtos » Tabu Tradicional

DESODORANTE AEROSOL TABU (90g) avalie:

Praticidade na aplicação com jato dirigido, estimula a renovação celular e proporciona efeito cicatrizante por conter Aloe Vera. Não contém CFC - Clorofluorcarbono (não agride a camada de ozônio).

Estimula a renovação celular. Maior suavidade e hidratação.

CopyRight © 2009 - Perfumes Dana do Brasil desenvolvido por **brochura.com**

¹⁸ Os CFC são a classe mais importante, entre outras substâncias químicas, que destroem a camada do ozônio.

O comportamento ético da população brasileira, de não se comprar produtos que utilizavam CFC em suas fórmulas, ficou tão patente que uma pesquisa realizada pelo IBGE, comparando o consumo de substâncias destruidoras da camada de ozônio de 1992 a 2006, comprovou que o Brasil veio reduzindo aceleradamente o uso dessas substâncias, superando, inclusive, as metas estabelecidas para o país no “Protocolo de Montreal”¹⁹, como demonstrado na TABELA 5.

TABELA 5 – CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS DESTRUIDORAS DA CAMADA DE OZÔNIO NO BRASIL DE 1992 A 2006

Tipo de substância destruidora da camada de ozônio	Uso - Ano														
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
CFC - clorofluorcarbonos	9.360	9.818	10.751	10.880	10.872	9.812	9.546	11.618	9.278	6.230	3.000	3.224	1.870	963	478
CFC - 11 - clorofluorcarbono	3.472	3.633	4.169	4.631	4.587	4.056	3.591	3.519	3.561	2.749	67	-57	43	-16	35
CFC - 12 - clorofluorcarbono	5.617	5.999	6.405	6.125	6.190	5.715	5.901	8.052	5.668	3.450	2.895	3.250	1.822	978	418
CFC - 113 - clorofluorcarbono	256	170	161	94	60	22	37	33	29	12	8	12	-	-	0
CFC - 114 - clorofluorcarbono	10	11	11	20	25	9	13	9	17	19	30	19	5	1	24
CFC - 115 - clorofluorcarbono	5	5	5	10	10	10	1	-	-	-	-	-	-	-	0
CFC - 211 - clorofluorcarbono	-	-	-	-	-	-	3	5	3	-	-	-	-	-	-
HALON	62	36	20	20	22	22	15	10	-	5	20	1	9	3	2
HALON - 1211	12	6	-	-	2	2	-	-	-	2	-	-	9	3	0
HALON - 1301	50	30	20	20	20	20	15	10	-	3	20	1	-	-	2
CTC - tetracloro de carbono	-	-	-	-	-	958	656	662	767	163	-	274	222	0	0
Brometo de metila	803	801	272	667	841	757	588	420	431	258	239	250	255	260	77

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da pesquisa "Indicadores de Desenvolvimento Sustentável" do IBGE, 2006.

Nesse caso, constata-se, claramente, que o princípio discursivo atuou diretamente na maneira de agir de toda uma coletividade, criando um comportamento novo, legitimado por um acordo universal, que só se fez possível por ter sido construído em um discurso válido.

Sobre isso, HABERMAS (2002) afirma que a “*racionalidade comunicativa lembra as mais antigas representações do logos, na medida em que comporta as conotações da*

¹⁹ O Protocolo de Montreal sobre substâncias que empobrecem a camada de ozônio é um tratado internacional em que os países signatários se comprometem a substituir as substâncias que se demonstrou estarem reagindo com o ozônio (O₃) na parte superior da estratosfera (conhecida como ozonoesfera).

capacidade que tem um discurso de unificar sem coerção e de instituir um consenso no qual os participantes superam suas concepções inicialmente subjetivas e parciais em favor de um acordo racionalmente motivado.”

Tal acordo faz com que as pessoas se sintam inclinadas a agirem em consonância com aquilo que é considerado moralmente correto, ou seja, a se comportarem conforme o que se mostrou digno de consenso em um discurso comunicativo ilimitado.

Processa-se uma espécie de “substituição” do agir individual pelo agir coletivo, um fenômeno de desconstrução do sujeito que pensa e atua de forma solitária para dar lugar a um sujeito plural, constituído pelo entendimento recíproco e socializado por meio do discurso.

Segundo GRONKE e LITTIG (2001), *“na medida em que ganhamos em uma sociedade o elogio resultante do comportamento moralmente valorizado, e interiorizamos as ameaças sancionadoras que recaem sobre o agir imoral, passamos, então, a formar uma consciência moral que nos motiva ao agir moral, mesmo que não tenhamos de contar com sanções por um agir imoral.”*

CONCLUSÃO

Face a toda essa discussão apresentada, pode-se concluir que a ética do discurso, analisada neste trabalho nas questões ambientais, surgiu como uma proposta inovadora, capaz de identificar e compreender como um novo comportamento coletivo e universal é construído em meio aos espaços discursivos.

A partir da segunda metade do século passado, momento em que o homem começou a tomar consciência de que a natureza vinha sofrendo consequências desastrosas, ocasionadas pelas suas intervenções desmedidas, e que isso representava uma ameaça concreta à própria sobrevivência da espécie humana, uma nova ética, em relação ao meio ambiente, começou a ser construída discursivamente e uma série de modificações foram sendo implantadas no modo de agir das pessoas.

É que os homens, segundo APEL (1994) *“em face do perigo comum, são desafiados a assumir coletivamente a responsabilidade moral.”*

Todavia, não foi de uma hora para outra que esse novo discurso ético ambiental se consolidou no mundo. Antes disso, em muitas questões, foi necessário estabelecer cientificamente as relações de causa e efeito para que se tornasse inquestionável, aos entes da sociedade, a ligação entre degradação ambiental e o modo de vida industrial, até então predominante.

Houve, portanto, uma necessidade de validação desse novo discurso que se construía, isto é, a sociedade precisou ser convencida, por meio da disseminação de descobertas científicas, de que era mesmo imprescindível reorganizar os seus hábitos para garantir a perpetuação do planeta e das espécies.

Isso pode ser compreendido, mais uma vez, em APEL (1994) quando este afirma que há uma exigência de *“intermediação racional entre a moral de consciência do indivíduo e uma moral publicamente válida; porque, sem a pressuposição subjetiva da capacidade de consenso numa comunidade ideal de comunicação, também a decisão de consciência do indivíduo, no sentido da ética de comunicação, não pode ser moralmente cogente para ele próprio.”*

Ou seja, o quadro de exacerbada degradação ambiental, que caracterizava a sociedade fabril do século passado, só passou a ter relevância moral para os indivíduos a partir do momento em que cada individualidade começou a pensar coletivamente, se transcendendo um nos outros, refletindo num discurso válido (fundamentado, inclusive, em dados científicos), capaz de gerar o consenso de que a humanidade tinha responsabilidade sobre os efeitos principais e colaterais de suas ações no mundo.

Segundo APEL (1994), *“em uma comunidade ideal de comunicação, todas as diferenças de opinião – inclusive as que dizem respeito a normas práticas – só podem ser resolvidas por argumentos geradores de consenso”* e foi exatamente esse consenso que ocorreu, em todo o planeta, em relação às questões ambientais.

Por meio do discurso, o homem deixou de pensar como um ser individual, transformando-se num “ser-humanidade”, abandonando a dimensão única para adotar a dimensão ética. O eu particular passou a ser o eu público, o pensamento subjetivo transformou-se numa idéia de comunidade do discurso, balizada pela ética.

Um novo sistema de valores éticos, fundamentado no equilíbrio ecológico, na não-degradação ambiental e no desenvolvimento sustentável, substitui os ideais predatórios e inconsequentes do Capitalismo Selvagem, consolidando, na humanidade, uma espécie de solidariedade diacrônica com as gerações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL FILHO, Fausto dos Santos. *Filosofia aristotélica da linguagem*. Chapecó: Argos Editora Universitária. 2002. 150p.

APEL, Karl-Otto: *Estudos de Moral Moderna*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

BERTI, Enrico. *Aristóteles no século XX*. Tradução de Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola. 1997. 336p.

BITTAR, Eduardo C. B. *Curso de filosofia aristotélica*. Barueri : Manole. 2003. 1440p.

BOBBIO, Norberto. *El problema de la paz y las vias de la guerra*. Barcelona, Gedisa, 1982.

CAPRILES, René. *Meio Século de Lutas: Uma Visão Histórica da Água*. In: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agua/artigos_agua_doce/meio_seculo_de_lutas:_uma_visao_historica_da_agua.html.

FARIAS, André Brayner de. *Filosofia e ecologia: para uma educação ambiental crítica*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA: DEBATE DE IDÉIAS E CIDADANIA, 2008, Caxias do Sul. *Anais do VIII Simpósio Sul-Brasileiro sobre o ensino de filosofia, formação docente e cidadania*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2008.

GRONKE, H.; LITTIG, B. Problemas ambientais, ética e política ambientais: os riscos ecológicos como desafio para a ética do discurso. Tradução de Paulo Astor Soethe. *Impulso*. Curitiba, n. 30, p. 11 – 30, jul. 2001.

GUIMARÃES, Antônio Fernando. *Marketing verde e a propaganda ecológica: uma análise da estrutura da comunicação em anúncios impressos*. Tese de doutorado

apresentada ao programa de pós-graduação em Administração de Empresas da USP. São Paulo, 2006.

HABERMAS, Jürgen. *Comentários à Ética do Discurso*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999. 202p.

_____. *O discurso filosófico da modernidade*: doze lições. Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes. 2002. 540p.

VIOLA, Eduardo J. *A Degradação Socioambiental e A Emergência dos Movimentos Ecológicos Na América Latina*. In: Sonia Larangeiras. (Org.). *Classes e movimentos sociais na América Latina*. 1 ed. São Paulo: HUCITEC, 1990, p. 197- 219.